

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos (Org.). **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010. ISBN: 978-84-92613-39-7

Ivo M. Theis*

Desenvolvimento regional é um *objeto*, uma *questão* e, talvez, um *problema* que já tivera sua conjuntura em um passado mais distante. Depois desapareceu. Agora já faz bem umas duas para três décadas que voltou à discussão pública. Tem empolgado tanto na academia quanto nos escritórios de Ministérios – e Consultorias. Desde as universidades, das mais renomadas nos países avançados às periféricas nas regiões periféricas de nações periféricas, o assunto frequenta tanto *workshops* e simpósios quanto *papers* e livros.

A empolgação é tal que talvez se devesse desconfiar. Ela parece derivar de uma aposta, um *tudo ou nada*, nos arranjos institucionais em escala local e regional. Em defesa das comunidades tornadas vulneráveis com a suposta flexibilização das fronteiras nacionais e o presumido enfraquecimento do Estado, uma e outro produtos de progressivo contágio pelo vírus do neoliberalismo. A história é conhecida: o mais tardar com a celebração do Consenso de Washington, o neoliberalismo contaminou, praticamente, toda a periferia do capitalismo.

Que não haja dúvidas: o neoliberalismo, com esta designação ou outra qualquer, é um fato. O que se sugere aqui é apenas que antes (e, obviamente, durante) e depois do neoliberalismo há capitalismo. E é o capitalismo que entra em crise. E é a tais crises que instituições multilaterais, governos (também, da periferia) e demais representantes do capital reagem, adotando, nem sempre de forma consensuada, uma ou outra estratégia (como o neoliberalismo) para recuperar as condições que favoreçam novo ciclo de acumulação.

Voltando à empolgação: como ela se explica? Não é tão simples. Mas, a hipótese é de que desenvolvimento local e regional tenha se convertido em panaceia. Passou a ser visto como meio pelo qual as comunidades regionais vulneráveis poderiam se defender, os territórios fragilizados poderiam escapar de uma inserção indesejada numa economia mundial darwinianamente competitiva – na qual têm lugar apenas *regiões ganhadoras*.

* Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional da Universidade de Blumenau (FURB), e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: ivo.theis@pq.cnpq.br

Resenha recebida para publicação em setembro/2011. Aceita para publicação em novembro/2011.

Um punhado de investigadores sérios da periferia, que esbravejou com determinação contra a globalização neoliberal, assimilou o diagnóstico de que as fronteiras nacionais já haviam sido irreversivelmente vencidas pela força do capital sem pátria; e o Estado, enfraquecido, já havia perdido sua capacidade de intervir no território. E, ingenuamente, compartilhou a esperança na salvação neomarthalliana – anunciada desde as regiões italianas bem-sucedidas do pós-Guerra, sobretudo, dos anos 1960 aos 1980 – do desenvolvimento local e regional endógeno. Não tardaram a transplantar a receita do *capital social* e a difundir as maravilhas de *clusters* e distritos industriais – embora, no caso de Pindorama, rebatizassem essa descoberta já descoberta de *Arranjos Produtivos Locais*. Também não demorou para que convencessem numerosos técnicos e burocratas de numerosas repartições governamentais da necessidade de olhar para frente e se concentrar no que, aparentemente, dá certo.

Desenvolvimento regional, finalmente, retornara ao debate acadêmico. E, nessa nova onda, logo fazia cabeças nos ambientes em que se tomavam decisões. Para o bem das comunidades locais e regionais fragilizadas no contexto das fronteiras nacionais imperdoavelmente vilipendiadas pelo capital *footloose*.

Dito assim parece que tanto os pesquisadores que mergulharam no estudo do desenvolvimento regional como os advogados dos APL são, todos, ingênuos. É preciso admitir, porém, que há mais que ingenuidade aqui. Há desde má-fé até doses apreciáveis de ignorância. E, evidentemente, também, convicção honesta nas saídas pelo local/regional, nas alternativas que colocam estratégias *bottom-up* em primeiro plano. De qualquer modo, *desenvolvimento regional* está empolgando.

Por razões bem distintas, contudo, isso pode ser atestado na e pela publicação de *Escalas y políticas del desarrollo regional*, organizada por Víctor Ramiro Fernández e Carlos Brandão. Este último é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, conhecido por suas investigações sobre planejamento e desenvolvimento urbano e regional, assim como por numerosas publicações, entre as quais *Território e desenvolvimento* (2007). Já o primeiro é professor titular de Geografia Econômica e Teoria do Estado na Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fe, Argentina, conhecido por suas pesquisas sobre políticas públicas e desenvolvimento urbano e regional, bem como por uma produção que ultrapassa quatro dezenas de artigos e já alcança dez livros.

Para começar a falar de *Escalas y políticas del desarrollo regional*, é necessário atentar para o fato de que se trata do quarto volume da coleção “*Desarrollo urbano y regional y políticas públicas*”, sob a coordenação de Víctor Ramiro Fernández, Ash Amin e José Ignacio Vigil, pela prestigiosa Editora Miño y Dávila. Os quatro, tanto este que aqui está sendo resenhado como os três anteriores, são, portanto, peças de um debate que *mal reiniciou*. Importante: desde a Argentina, na verdade desde a Universidade Nacional do Litoral, onde se encontram profissionalmente ativos Fernández e Vigil. O primeiro volume da referida coleção foi lançado em 2008 – aliás, outra interessantíssima coletânea: *Repensando el desarrollo regional: contribuciones*

globales para una estrategia latinoamericana.¹ Desde essa primeira coletânea, o debate alça ao primeiro plano a preocupação com as implicações econômicas e sociais das transformações que, perpassando todas as escalas (a despeito da centralidade que vem sendo conferida à globalização), afetam, quiçá, condicionam as relações sociais em geral, mas em especial as de produção, em nível regional. O debate segue alimentado por este quarto volume, promissor não apenas por questionar as bases funcionais e conceituais do desenvolvimento regional tradicional (ver *prefácio*, p.15), mas, sobretudo, por ousar pensar políticas, teorias e metodologias (usualmente aplicadas ao campo) de uma perspectiva autônoma e não subserviente, portanto dissonante dos discursos laudatórios ao localismo/regionalismo vigentes nos últimos decênios.

Este é o contexto editorial do qual não se pode dissociar *Escalas y políticas del desarrollo regional*, importante livro que, ousada e competentemente, logra impulsionar o debate sobre desenvolvimento regional na América Latina. Trata-se, basicamente, de uma coletânea que contém dez artigos, além de uma didática introdução. Qual é a ambição por trás de sua publicação? Aqui a palavra cabe aos próprios organizadores:

Nuestro propósito general ha sido intentar contribuir en la reversión de la [...] parálisis en la generación de un pensamiento propio y de la falta de capacidad de recomposición holística, operando para ello no desde el desconocimiento de lo formulado en los países desarrollados, sino desde un intento de desentronizar y poner en diálogo muchas contribuciones producidas en esos escenarios con elementos y realidades emergentes del complejo, específico y también cambiante escenario latinoamericano (Introducción, p.23).

Obviamente, é impossível tratar de cada um dos artigos que compõem a coletânea em separado. A opção que se faz aqui para oferecer uma visão do todo é atentar, brevemente, para dois artigos da terceira parte. A propósito, a coletânea está estruturada em três partes. A primeira é integrada por dois artigos, ambos publicados na primeira metade desta década, por eminentes estudiosos do mundo anglo-saxão: Eric Swyngedouw e Jamie Peck. Desde muito, os dois se debruçam sobre problemas urbanos e regionais. Une-os, ademais, seu posicionamento conceptual-analítico em relação à problemática das escalas em face da globalização neoliberal – como se sabe, são próximos do referencial regulacionista.

As outras duas partes do livro são compostas por sete trabalhos, todos assinados por autores latinoamericanos, destacando-se quatro de autores brasileiros. A segunda parte é integrada por quatro trabalhos. O elo que os une é a atenção que cada um confere às relações intrarregionais e, sobretudo, urbano-regionais sob a asfixiante capa do capitalismo globalizado. É, pois, a *dinâmica urbana e regional* que está contemplada aqui.

¹ FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; AMIN, Ash; VIGIL, José Ignacio (Comp.). *Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

A terceira parte do livro é dedicada à análise das escalas e das interações interescolares em jogo no âmbito do capitalismo globalizado. Poder-se-ia dizer que os três artigos desta parte lidam com as diversas possibilidades de relação entre o regional e o global. Mas, cabe enfatizar, por meio da recuperação (e mediação) da escala nacional. Aqui se faz a opção de colocar sob a lupa apenas dois deles.

O primeiro desses artigos é de Carlos Brandão e trata das escalas geográficas implicadas na produção social do ambiente construído. Dividido em três seções distintas, Brandão abre com uma introdução em que lembra que *“escalas son elaboraciones sociales conflictivas, son producciones humanas colectivas, dinámicas, multidimensionales, com los diversos actores y trayectorias históricas en disputa, en movimiento procesual, contingente y abiertas”* (p.243). A segunda seção é dedicada a uma revisão detalhada e criteriosa da literatura a respeito da natureza e do papel das escalas no capitalismo. Aí ele permite que se revele, aos poucos, a dificuldade de tratar do *regional* (peço desculpas pela involuntária, mas necessária, redundância) como produto de determinações exógenas à região – sem a mediação da escala nacional. Antes de chegar ao final da seção, porém, amparado por evidências, claro, mas sobretudo por análises devidamente fundamentadas, Brandão afirma que *“a escala nacional segue sendo crucial”* (p.253). A terceira seção consiste numa proposição ousada: de como lidar com as escalas em relação à produção social do espaço, com atenção, especialmente, ao que se passa no ambiente urbano-regional no contexto do capitalismo do século XXI. Sua instigante análise abarca quatro questões indissociáveis entre si: a produção social do espaço, propriamente; a divisão social do trabalho; o redimensionamento dos poderes (dos sujeitos que produzem e consomem espaço nas distintas escalas: capital privado, o Estado...); e, sim, a centralidade renovada da escala nacional no âmbito de estratégias multiescolares.

O terceiro e último artigo desta parte (e, também, da própria coletânea) é assinado por Victor Ramiro Fernández. Ao concluir sua leitura, talvez se pudesse imaginá-lo como sendo o primeiro, não o último. De fato, essa possibilidade se apresenta ao leitor já na leitura da primeira seção do artigo, a introdução. Ele ainda contém, além dessa primeira, outras cinco seções. No entanto, parece que Fernández diz tudo, devidamente, nos primeiros parágrafos:

Entre los hechos más llamativos en el examen de los procesos de reestructuración económico-institucional y espacial del capitalismo durante las últimas tres décadas figura el notable reposicionamiento otorgado por académicos y policymakers a las regiones y las localidades, así como los procesos productivos llevados adelante a través de la proximidad física de empresas, fuerza de trabajo e instituciones (p.301).

E segue:

No es menos cierto que esas tres décadas han venido acompañadas de programas institucionales, alimentados por esas agendas de investigación que apelan a las escalas regionales y locales como instrumentos de desarrollo, valiéndose de un

complejo categorial dominado por términos conceptual y funcionalmente difusos (como distritos, clusters, regiones inteligentes, cooperación, capital y densidad institucional). La replicación de esos conceptos con asombrosa universalidad ha contribuido a instalar una nueva ortodoxia regionalista/localista o, como indican otros, un pensamiento único localista, que ganó primeramente lugar en los países centrales y luego en la periferia, particularmente en Latinoamérica (p.301).

De fato, nesses parágrafos o autor estabeleceu a agenda do artigo e, repetindo o que já está sugerido nas linhas anteriores, a síntese da própria coletânea. A segunda seção, mais curta, trata de examinar como regiões e localidades são funcionais ao processo de reestruturação do capitalismo. Na terceira são revisados alguns dos mais influentes aportes ao debate sobre desenvolvimento regional, no período de seu recente renascimento, a partir da análise das escalas como representações e como metáforas. Na quarta, Fernández se entrega a uma crítica inteligente e ousada ao *neorregionalismo* dominante nesses últimos decênios, em profícuo diálogo com estudiosos anglo-saxônicos, desvelando os interesses subjacentes ao discurso em favor do desenvolvimento do *local/regional*, mas, ingenuamente, ignorante do *global* e, sobretudo, inexplicavelmente, desprezando a mediação do *nacional*. Na quinta seção, mais longa e densa, o autor apresenta, então, suas armas: propõe que se repense o *regional* pela recuperação da escala *nacional*. Aí se debruça sobre os diagnósticos mais adequados da escala regional e sobre o posicionamento estratégico em relação a eles, o que significa tomar a escala nacional como instrumento de uma proposição de desenvolvimento regional integrador e dinâmico. Não surpreende que conclua, na última seção, pela proposição de uma dinâmica na qual

los desarrollos de las conectividades regionales y las fracciones que consolidan las oxigenadoras formas bottom-up de base territorial deben complementarse con las formas de coordinación, ordenamiento y fortaleza antifragmentadora propias de las lógicas top-down de base nacional (p.335).

Ora, talvez não se deva considerar este artigo como melhor sendo o da abertura da coletânea, como antes sugerido. Síntese consistente dos trabalhos que o antecederam, ele está no lugar certo para fechar um livro que se revela como indispensável para compreender as dinâmicas socioeconômicas e políticas que, percorrendo as diversas escalas (um produto tão humano quanto o computador em que se escreve esta resenha ou quanto um poema lírico de Pablo Neruda), afetam, condicionam e, talvez, até determinam o que vai pelas regiões do capitalismo contemporâneo.

Se essa crescente preocupação com o desenvolvimento regional vem fazendo algum sentido, então, não há dúvidas, é devido ao êxito da *ortodoxia neorregionalista* em colocar o tema em pauta. Entretanto, assim como a aposta na inserção passiva na (e a submissão desmiolada à) globalização neoliberal é um evidente passo atrás no entendimento do que se passa nas regiões da periferia, o mergulho cego no localismo/regionalismo que desconhece entornos e escalas (e, sobretudo, relações

com o entorno e interações entre escalas) é um lapso científico-intelectual indesculpável – e um brutal equívoco político.

Ao fim e ao cabo, retenha-se que *Escalas y políticas del desarrollo regional* consiste numa contribuição crucial, de fato, das mais importantes, para a continuação do debate sobre um tema tão delicado como desenvolvimento regional. Crucial, porque alerta para os riscos de se cometer lapsos de todo tipo – e equívocos de qualquer natureza.